Waldir Teis exonera 16 servidores do TCE-MT investigados pela PF na Operação Tomada de Contas

Novo presidente do Tribunal de Contas remove investigados no primeiro dia de gestão após prisão de antecessor

Conteúdo/ODOC - No primeiro dia de sua gestão à frente do Tribunal de Contas de Mato Grosso, o presidente Waldir Júlio Teis assinou a exoneração de 16 servidores que foram alvo da investigação federal denominada **Operação Tomada de Contas**. Esta mesma operação resultou na prisão preventiva do antecessor de Teis, Sérgio Ricardo de Almeida. O ato foi divulgado nesta terça-feira (3) através do Diário Oficial de Contas.

Os profissionais removidos de seus cargos ocupavam posições-chave na administração da instituição, incluindo chefes de gabinete, consultores com formação jurídica, assessores especializados e secretários executivos. Dos 16 exonerados, cinco foram mantidos sob prisão preventiva durante as operações da Polícia Federal, enquanto onze receberam determinação de afastamento do Superior Tribunal de Justiça.

Destaca-se entre os removidos Roseli Loss, que atuava como chefe de gabinete do então presidente, e Grhegory Paiva Pires Moreira Maia, que respondeu pela consultoria jurídica geral do TCE-MT. Os demais incluíam responsáveis por setores sensíveis como orçamento, controle interno, gestão financeira e assessoramento jurídico institucional.

A reestruturação administrativa decretada por Waldir Teis busca restabelecer a normalidade nas operações do Tribunal, que precisa manter suas funções de análise e aprovação de contas públicas. O presidente assumiu a instituição após o afastamento judicial de seu antecessor e iniciou uma reorganização nos quadros comissionados.

No total, dezoito cargos comissionados receberam exoneração na terça-feira, sendo dezesseis deles vinculados à apuração da Polícia Federal. É importante esclarecer que as demissões administrativas não significam condenação judicial dos envolvidos, que permanecem sob investigação pelas autoridades competentes.

Contexto da Operação Tomada de Contas

A investigação deflagrada pela Polícia Federal em 29 de outubro contou com autorização do ministro Og Fernandes, integrante do STJ, para apurar denúncias relacionadas a desvios de verbas públicas, irregularidades em processos de contratação e transferências de elevados valores realizadas fora dos registros oficiais do Tribunal.

De acordo com a apuração policial, teria sido criada uma estrutura paralela de pagamentos que permitiu a distribuição de aproximadamente R$ 48,5 milhões entre conselheiros em um período inferior a dez meses durante 2025. Conforme a investigação, Sérgio Ricardo teria sido beneficiário de R$ 15,4 milhões deste montante.

A estratégia investigativa compreendeu a execução de seis mandados de prisão preventiva, incluindo a do presidente da época, além de vinte e seis mandados de busca e apreensão nas residências e gabinetes dos suspeitos. A Polícia Federal também analisa transações bancárias irregulares, saques em espécie e possíveis ilícitos relacionados a ocultação de origem de recursos e formação de associação criminosa.

Relação completa dos 16 servidores exonerados

- Grhegory Paiva Pires Moreira Maia - Consultor Jurídico-Geral
- Gustavo Fernandes da Silva - Assistente Jurídico

- Felipe José Glinke - Assessor Jurídico da Presidência
- Adriangelo Barros Antunes - Secretário Executivo de Comissão Permanente
- Roseli Loss - Chefe de Gabinete de Sérgio Ricardo
- Adjair Roque de Arruda - Secretário Executivo de Planejamento
- Carlos Alexandre Pereira - Secretário do Sistema de Controle Interno
- Carlos Felipe Oliveira Almeida - Assessor Técnico Financeiro
- Carlos Romeu Rodrigues Medeiros - Consultor Técnico-Jurídico I
- Edson Luiz Ribeiro de Oliveira - Coordenador do Núcleo de Execução Orçamentária e Contábil
- Eneias Viegas da Silva - Secretário Executivo de Gestão de Pessoas
- Jocimauro Bento do Carmo - Consultor Técnico-Jurídico de Comissão Permanente
- Maurício Marques Júnior - Secretário Executivo de Orçamento, Finanças e Contabilidade
- Márcio Antônio Silvério - Assessor Técnico-Jurídico do Gabinete do Procurador de Contas
- Olavo Lage Filho - Secretário Executivo de Comissão Permanente
- Vitor Turri Romano - Chefe de Gabinete de Comissão Permanente